

A “Operação Crusp”: um assalto à autonomia universitária¹

The Crusp Operation: An Assault to University Autonomy

Dayane Soares da Silva



<https://orcid.org/0000-0002-2489-9650>

Universidade de São Paulo

Resumo: É fato que, apesar das continuidades na articulação estudantil ao longo da ditadura militar brasileira, muitas das atividades realizadas pela categoria e dos espaços marcados por sua presença seriam desarticulados pela repressão. Temos por finalidade, através deste artigo, lançar luz ao processo coercitivo empreendido pelo aparato repressivo ditatorial brasileiro sobre a categoria estudantil universitária, evidenciando seus reflexos nos âmbitos coletivo e individual. Para atendermos a tal intuito, nos debruçaremos sobre a investida repressiva lançada sobre o Conjunto Residencial da USP (Crusp) em dezembro de 1968, bem como seus efeitos subsequentes, sem ignorar, porém, a importância histórica do local para a articulação da oposição e para a vivência universitária. Para tanto, optamos pelo uso de quatro tipologias documentais distintas: documentos produzidos pelos órgãos repressivos do Estado, documentos de imprensa, documentos produzidos no meio estudantil e relatos de ex-residentes do local. Com efeito, através do caso selecionado, beneficiados pela contraposição documental, buscamos contribuir para com a discussão em torno da violência institucional praticada ao longo da Ditadura, assim como levantar pontos para traçarmos algumas reflexões acerca da autonomia universitária, questão ainda em aberto em nossa atualidade.

Palavras-chave: Ditadura militar. Repressão política. Movimento estudantil. Autonomia universitária.

Abstract: It is a fact that, despite the continuities in student articulation throughout the Brazilian military dictatorship, many of the activities carried out by the student category and the spaces marked by its presence would be disarticulated by repression. Through this article, we aim to shed light on the repressive process undertaken by the Brazilian dictatorial repressive apparatus on the university student category, showing its reflexes in the collective and individual spheres. In order to fulfill this purpose, we will look at the repressive attack launched on the USP's Residential Complex (Crusp) in December 1968, as well as its subsequent effects; without ignoring, however, the historical importance of the place for the articulation of the opposition and for the university experience. To this end, we opted for the use of four distinct documentary typologies: documents produced by organs repressive organs of the State, newspaper documents, documents produced in the student environment and reports by former residents of the place. Indeed, through the selected case, benefited by the documentary opposition, we seek to contribute to the discussion around the institutional violence practiced during the brazilian dictatorship, as well as to raise points to outline some reflections on university autonomy; an issue that remains open today.

Keywords: Military dictatorship. Political repression. Student movement. University autonomy.

Introdução

Há pouco, em 2018, o ano de 1968 completou seu cinquentenário. Dísparos foram os acontecimentos vivenciados pelo Brasil e pelo mundo naquele ano, o qual, marcado por um primeiro



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ O presente artigo baseia-se em uma parcela dos resultados dispostos na Dissertação de Mestrado de sua autora, intitulada *Informar para prevenir. Agir para reprimir*: a repressão política ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968-1978), defendida na Universidade de São Paulo (USP) (SILVA, 2019). Para este escrito foram acrescentadas fontes e análises inéditas.

semestre repleto de manifestações emergentes por parte da oposição à ditadura vigente, teve seu fim assinalado pelo influxo da repressão e pelo refluxo daqueles que ousaram lutar, inclusos aqueles atrelados ao meio estudantil universitário. No plano da literatura inspirada nesses acontecimentos, significativos foram os empenhos dos estudiosos no intuito de fomentar discussões sobre o período e dar cabo da sua reconstituição histórica². Porém, não obstante a rica produção pré-existente sobre o campo temático e os esforços dedicados ao seu não esquecimento, a extensão de fontes a ele relacionada nos permite, ainda, o aprofundamento sobre os aspectos e acontecimentos que o moldaram. É neste sentido que, objetivando tratar do legado da violência institucional nos tempos de ditadura, retomar a reflexão sobre a autonomia universitária no país e tratar de um local que representou um importante espaço de lutas na época, tem-se como proposta a reconstituição e a análise de um episódio que remonta a dezembro de 1968.

Examinaremos, neste artigo, uma das operações repressivas de maior envergadura investida à categoria estudantil universitária na ditadura: a invasão ao Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp). Visando tratar do assunto com maior amplitude, extrapolando o evento por si só, evidenciaremos primeiro, a atmosfera da residência à época, em sequência, os antecedentes e o ato da invasão e, por fim, seus reflexos diretos e indiretos no meio estudantil. Para alcançarmos os objetivos, além de considerarmos a bibliografia especializada no campo temático, optamos pelo uso de fontes de tipologias distintas: 1) documentos produzidos pelos órgãos de segurança do Estado; 2) material de imprensa; 3) documentos produzidos no seio do movimento estudantil, e 4) depoimentos de atores da época. Para a análise, abarcamos, em nossos caminhos metodológicos, a compreensão dos ônus e bônus possibilitados pelas diferentes tipologias documentais para a construção do saber histórico. Esperamos que, ao final, a partir da contraposição de documentos e do caso selecionado, seja possível lançar uma interessante contribuição para com os assuntos em questão.

Os antecedentes

Os anos de 1960, no Brasil, e particularmente a sua segunda metade, são comumente rememorados em decorrência das grandes mobilizações empreendidas pela oposição à ditadura militar então vigente (1964-1985), com destaque às protagonizadas pelo movimento estudantil universitário, este que, conforme já destacaram autores como João Roberto Martins Filho, voltou-se tanto contra a estratégia repressiva do Estado, especialmente nos anos iniciais da década em questão, quanto, com o agravamento da crise do aparelho universitário, para as questões específicas à categoria (1987, p. 123). Não é de nos estranhar, portanto, que a Universidade de São Paulo e, conseqüentemente, sua residência estudantil, tenham se consolidado como palcos de inúmeras movimentações e, por efeito, postas sob o foco das lentes da repressão estatal.

A construção do conjunto residencial uspiano teve sua finalização à época da realização da quarta edição dos Jogos Pan-americanos, em 1963, para o qual se vislumbrou – pela comissão de organização e pelos Governos Estadual e Municipal – a necessidade de garantir um alojamento aos atletas participantes e demais membros das delegações. Em 1964, os prédios, desativados desde o final do evento (em contraposição à promessa de serem entregues para moradia estudantil), foram tomados pelos estudantes da universidade, passando a cumprir, enfim, sua finalidade inicial³.

² Entre eles podemos destacar VENTURA (1988); ZAPPA (2008); VALLE (2008).

³ Embora a promessa da entrega dos edifícios para a moradia estudantil depois de seu uso como alojamento para o evento esportivo, "(...) após o jogos [pan-americanos], o CRUSP foi esvaziado e fechado pela reitoria. Foi quando surgiu a primeira ocupação dos prédios em 1964, liderados pelo estudante Rafael Kauan: cerca de 12 alunos ocuparam 2 andares do bloco A. Por conta dessa minoria, o CRUSP, como conjunto residencial estudantil, passou a existir. Para a administração dos prédios cria-se o ISSU (Instituto de Saúde e Assistência Social da USP), pela universidade, e a AURK (Associação de Universitários Rafael Kauan, em homenagem ao estudante, morto após 3 meses da ocupação) pelos moradores". Cf. CRUSP: uma história de ocupações. *Fala Universidades*, 2016. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/#Referencia-de-site-de-jornal-sem-autoria-conhecida>. Acesso em: 12 nov. 2020.

Figura 1: CRUSP, 1963.



Fonte: COLEÇÃO Ana Maria Marangoni. Postal 2 – Conjunto Residencial, Cartão Postal, 1963. Cidade Universitária USP, Conjunto Residencial Vila Pan Americana. In: CRUSP 68, *Álbum de fotos*: fotos e documentos de época dos moradores do CRUSP, de 1963 a 1968.

Ao tomarmos para a análise as especificidades do alojamento nos anos de 1960, podemos notar que ele excedia, certamente, a função de moradia dos estudantes de baixa renda, vindos, em grande medida, de outras localidades do estado e do país.

Mario Wajc, um de seus ex-residentes, apontou para a presença de dois ingredientes principais que compunham o cenário daquela época e lugar, sendo eles: “um contexto político e social extremamente turbulento e um grupo de jovens recém-saídos da adolescência, a maioria vindos de pequenas cidades do Interior de SP, pela primeira vez saindo de suas casas, e colocados juntos em uma forma de convivência talvez pioneira” (WAJC, 2018). Em sentido semelhante, Zilda Almeida Junqueira, ex-estudante do curso de História da FFLCH/USP e ex-moradora da residência, referiu-se, em depoimento, aos residentes do Crusp daquele período como “Cururus”. Conforme destacou: “Sapo Cururu é um sapão que não sabe de nada. Então, para nós, Cururu era aquela pessoa que estava muito por fora: ‘Ah, eu era um cururu do interior. Cheguei aqui, vim morar no Crusp e o mundo se fez presente... e o mundo se abriu para mim’” [era o que diziam os cruspianos, décadas depois] (Depoimento cedido à autora). Relatos como esses evidenciam, para além do valor físico e político do espaço, sua importância sociocultural.

Em contrapartida, anteriormente à invasão de 1968, para além de ambiente de vivência universitária, de troca cultural e de discussão política, o Conjunto Residencial da USP passava por um período marcado por uma crise interna. Além da greve deflagrada por cerca de 150 de seus servidores – acarretando na paralisação dos serviços de manutenção e do restaurante (*A Tribuna*, 30 ago. de 1968) –, já em junho de 1967, parte do conjunto, mais especificamente o Bloco F, foi ocupado por estudantes. A ocupação foi realizada pelos estudantes excedentes, que não haviam conseguido vagas na moradia, com o objetivo central de pressionar a Reitoria a fim de dar uma resolução concreta à situação (*A Tribuna*, 21 mai. de 1967, 1º caderno, p. 4). Pouco tempo depois, os mesmos estudantes seriam despejados violentamente pelas forças policiais, ocorrência que desencadearia uma série de manifestações de protesto, marcada pelos chamados “comícios relâmpago” (*A Tribuna*, 07 jul. de 1967, p. 5).

Por seu turno, finalizado em 1967, mas não entregue oficialmente pelo Instituto de Saúde e Serviço Social da Universidade (ISSU) – órgão responsável pela administração dos prédios –, o

Bloco G, no qual se encontrava a administração do ISSU, foi também tomado por alunos da USP, que alegavam a incompetência do órgão em cuidar dos edifícios. À crise, englobaram-se os protestos referentes a um episódio no qual seis investigadores de polícia teriam adentrado o conjunto residencial e recebido, da administração do ISSU, o arquivo do Crusp, violando, portanto, a autonomia universitária (*Diário da Noite*, 29.08.1968, 1º caderno, p. 7). A ocorrência refletiu nas produções estudantis da época, nas publicações da grande imprensa e na documentação da polícia política paulista, sempre atenta às informações referentes ao estudantado.

Intensificada a crise no conjunto residencial uspiano, assim como a repressão em âmbito nacional, em outubro de 1968 uma parcela dos estudantes já vislumbrava uma eventual ofensiva à residência pelos órgãos repressivos. O clima era tenso. A apreensão se tornaria cada vez mais latente a partir da queda do Congresso de Ibiúna e, sobretudo, após a publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), aos 13 de dezembro daquele ano, que marcaria o início de um novo ciclo repressivo (ALVES, 1984)⁴.

Já em outubro, foi publicada pelo *Diário Popular* uma matéria intitulada “Universitários ainda temem ocupação policial no Crusp”, na qual ficou evidenciada a atmosfera estudantil cruspiana diante das previsões de uma invasão. Segundo o jornal, em sequência às manifestações da oposição, recentemente eclodidas na capital paulista, passou a circular um boato segundo o qual o alojamento seria tomado pelas forças policiais. A tensão foi acentuada quando jornalistas, que teriam contatado o diretor do Deops/SP, consolidaram os rumores: “Vocês atiraram num delegado da polícia e atingiram outro na cabeça. Eles estão furiosos, pois a polícia aprendeu a bater em estudante e não apanhar” (*Diário Popular*, 10 de out. de 1968, n.p.).

Dado o cenário estabelecido, durante a madrugada entre os dias 08 e 09 de outubro alguns estudantes se puseram em vigília, “preparando-se para enfrentar a propalada tomada policial que o Crusp sofreria”. Foram reforçadas as barricadas, feitas anteriormente para conter os recentes ataques provindos do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e engendrados outros esquemas de segurança. Apesar da antecipação, nada aconteceu. Alguns dos residentes, no entanto, mantiveram-se certos de suas previsões, insistindo que o ataque seria efetuado a qualquer momento. Decerto a invasão ocorreria, mas somente dois meses depois.

Sobre o clima entre os estudantes cruspianos no período anterior à invasão, Zilda Junqueira atestou que:

Olha, eu diria o seguinte: que a partir de outubro, de 68, o clima ficou muito tenso porque teve Ibiúna [o 30º Congresso da UNE]. Depois que caiu a Maria Antônia [rua na qual estava localizada a FFCL/USP], muitas assembleias do movimento estudantil passaram a ser feitas no Crusp e houve a preparação para o congresso da UNE no Crusp. A partir do momento em que o congresso também caiu, o clima ficou muito pesado, as pessoas ficaram muito apreensivas. E essa apreensão se concretizou muito mais fortemente após a sexta-feira, 13 de dezembro, quando nós tomamos conhecimento de que tinha sido editado o tal do AI-5, aí a gente pensou: “Bom com esse clima e com esse AI-5, não vai dar, eles vem para cá”. Tanto é que a liderança tratou de se mandar de lá. A liderança e as pessoas que tinham um comprometimento político mais forte... Você percebia que eles não estavam mais lá [...]. (Depoimento cedido à autora).

Embora a invasão de 1968 tenha se constituído como a ofensiva mais intensa ao Crusp, convém destacar que a presença da repressão estatal ali investida não foi um evento isolado. O local foi costumeiramente visado pelos órgãos de segurança e informação do Estado. Além da invasão pelas forças repressivas em 1967, o dossiê do Deops/SP dedicado ao Conjunto Residencial demonstra a preocupação policial com a residência estudantil. Nele constam produções documentais datadas entre 1965 e 1973, entre as quais se dispõem centenas de relatórios de observações e diversas produções documentais apreendidas naquele espaço.

⁴ Levamos em consideração a teorização segundo a qual a repressão ditatorial militar no Brasil pode ser dividida, de maneira geral, em três ciclos. Para maiores detalhes acerca dos ciclos repressivos Cf. ALVES, M.H. *Estado e oposição no Brasil* (1984).

É evidente, porém, que a posição de alerta frente ao Crusp, pelos órgãos repressivos, não foi uma opção irracional. Como anteriormente retratado, o espaço foi palco de destaque de atividades estudantis – como reuniões, assembleias e atividades culturais –, sobretudo após 1968, quando foi tomado o prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, localizado na Rua Maria Antônia, onde, até então, concentravam-se as atividades da categoria. A residência uspiana foi também morada de militantes de esquerda e local de atividades classificadas como desviantes dos ideais tradicionais de moralidade. Logo, ao AI-5 coube apenas intensificar e legitimar a atenção e as investidas lançadas ao local, práticas evidentes desde a sua fundação, em 1963.

Em entrevista ao jornal *Diário Popular*, o chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Infantaria, coronel Danilo da Cunha e Melo, alegou que: “com o Ato Institucional nº 5, nós tivemos, enfim os meios para agir e ocupar aquele local, verdadeiro QG da subversão, desvirtuado que foi de suas finalidades, que seria de servir de moradia aos estudantes pobres”. Embora a invasão tenha sido deflagrada poucos dias após a promulgação do AI-5, observa-se, notadamente, a longa data dessa pretensão. Conforme afirmou o Coronel Danilo: “nós tínhamos conhecimento de que todos os elementos subversivos de São Paulo moravam no Crusp, mesmo os não estudantes, porque nós não somos bobos e pusemos gente nossa lá para saber o que estava acontecendo” (*Diário Popular*, 22 dez. de 1968, 1º caderno, p. 5). Cientes das movimentações no Crusp e do que poderiam lá encontrar, não demoraria para que as forças repressivas optassem por adentrar violentamente o local.

Sobre as motivações para a ação investida ao Crusp, circulou pela imprensa a seguinte argumentação, disposta em um comunicado do II Exército, assinado pelo então tenente-coronel José do Amaral Garboggini:

Seguramente informado da existência, no CRUSP (Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo), de um perigoso foco de atividades clandestinas, presença suspeita de estrangeiros e farta propagando subversiva, o Comando do II Exército, em estreita ligação com as autoridades estaduais de segurança, determinou a realização de uma diligência no referido conjunto, a fim de serem procedidas buscas e apreensão do material subversivo. (*O Estado de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1968, p. 4).

Expostas as justificativas oficiais, outro aspecto interessante de ser sublinhado é o de que a invasão foi efetivamente executada pelo II Exército, também responsável pela elaboração do Inquérito Policial Militar subsequente, no entanto, em similaridade com outras operações, não se deve anular a atuação de outros órgãos do aparato repressivo, inclusive nos momentos que antecedem e sucedem a ação, como foi o caso do Departamento Estadual de Ordem Política e Social paulista. Como destacou o já mencionado comunicado do II Exército: “A operação, montada e executada através do perfeito entrosamento entre as autoridades federais e estaduais, foi realizada na madrugada de hoje, dia 17, pela Força Pública e DOPS, com cobertura de tropa do Exército”.

Entre os registros do Deops/SP dedicados exclusivamente ao Conjunto Residencial da USP, identificamos um documento intitulado “Operação Crusp”, que demonstra alguns detalhes a respeito da organização prévia da ação que ocorreria ao final de dezembro. Além dos pormenores acerca do que ansiavam apreender no local, o documento nos leva a sugerir a posição ativa do Departamento frente à questão. Segue, abaixo, o conteúdo do documento dopsiano, no qual foram elencadas dez prioridades a serem adotadas no ato de invasão ao Conjunto Residencial.

OPERAÇÃO CRUSP

1. Revistar todos os apartamentos;
2. Apreender todo o material subversivo: livros, panfletos, revistas, cartazes, volantes e estêncil;
3. Mimeógrafo ou qualquer outra máquina de impressão;

4. Levantamento nominal dos estudantes que não estudam na USP e residem na Cidade Universitária;
5. Levantamento nominal dos estrangeiros que não estudam na USP e residem na Cidade Universitária;
6. Levantamento dos líderes sindicais;
7. Apreender armas; preparados para confecção de bombas e outros engenhos;
8. Estudantes com prisões preventivas decretadas ou condenados pela justiça militar;
9. Arrecadar dinheiro, proveniente de fundos coletados para sustentar a subversão;
10. Panos para confecção de faixas, tintas, color gets, pincéis e outros elementos para pichação;
11. Megafones, bolinhas de gude e pedras britadas (ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, Deops/SP, pasta 1225, s.d.)⁵.

Extrapolando o que demonstra o conteúdo acima, o Deops desempenharia participação ativa subsequentemente à invasão do Crusp. Corroborando a repressão política, o departamento atuaria diretamente nas chamadas “triagens” dos estudantes autuados e no acúmulo de dados delas decorrentes.

Um assalto ao Crusp

Era madrugada do dia 17 de dezembro de 1968, quatro dias após o decreto do Ato Institucional nº5, quando, na capital paulista, tanques do exército e agentes de segurança munidos de táticas de guerra, adentraram a Universidade de São Paulo. O foco central das forças repressivas se direcionava para uma avenida específica da Cidade Universitária, onde se encontrava o seu Conjunto Residencial, no qual residiam cerca de 1.400 estudantes (RELATÓRIO do IPM do Crusp, 1968-1969, p.5).

Segundo um comunicado do II Exército, divulgado à imprensa após a invasão: “[...] ao se iniciar a operação, funcionou, no CRUSP, um sistema de alarme elétrico e se apagaram as luzes. Esse fato, aliado à apreensão de instruções sobre medidas de segurança, mostra bem a disposição dos residentes no Conjunto de não admitirem qualquer restrição às suas ações” (*O Estado de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1968, p. 04). Lembremos que o conjunto havia recentemente sofrido ataques, provavelmente originados do CCC, o que sugere a razão da segurança apurada.

Conforme o relato, a posteriori, de José Maria Filardo Bassalo, então pós-graduando em Física naquela universidade e residente do Crusp:

Quando terminei os relatórios [de pesquisa], cerca de duas horas da manhã do dia 17, fui à janela do apartamento para respirar aliviado e, depois, me deitar. No entanto, na janela, notei que o silêncio da madrugada tépida que cobria o Crusp, estava sendo perturbado por um ruído estranho, como se um furtivo comboio de carros tivesse entrado no campus da USP. Como era de madrugada, tive de aguçar a visão para ver que tipo de barulho era aquele. Qual a minha surpresa quando percebi que se tratava de tanques do Exército, cerca de 17 unidades, conforme verificamos mais tarde (RELATÓRIO da Comissão da Verdade de USP, 2018, Vol. IX, p.23-24).

Segundo Zilda, o barulho dos tanques se consolidou como uma das lembranças mais nítidas e algo inesquecível nas memórias dos que ali estavam:

Olha, o que eu me lembro mais fortemente é do barulho dos tanques. Os tanques chegaram e ficaram postados na frente... Eu morava no primeiro bloco que dava de frente para a Avenida, eu morava no Bloco A, e foi ali que os tanques chegaram. Então o barulho dos tanques é uma coisa inesquecível. Quem ouviu uma vez e ouviu de madrugada, num clima pesado, não esquece nunca. E é uma lembrança que a gente até gostaria muito de esquecer, porque é aterrorizante

⁵ Plano da *Operação CRUSP*, expedido pela SSP/DEOPS, s.d. Embora sem data, o documento está disposto junto aos demais ligados à invasão ao Crusp, o que, segundo a lógica organizacional habitual dopsiana, sugere sua origem em 1968, anteriormente ao dia 17 de dezembro.

(Depoimento cedido à autora).

Como se pode observar, passível de ser hoje identificada como um dos marcos da ascensão da repressão ditatorial e do refluxo do movimento estudantil – notório ao longo do ano de 1968 –, a operação foi marcada pela desproporcionalidade das forças investidas e pelo terror que deixou registrado em muitas memórias. De semelhante grandeza foram os efeitos imediatos da operação: centenas de estudantes foram detidos e direcionados ao antigo Presídio Tiradentes (1852-1973), localizado na capital paulista, e numerosos materiais foram apreendidos nas dependências da residência estudantil, após a intensa revista em seus apartamentos. Assim como o saldo de detidos, o acúmulo de informações resultante dessa ofensiva não seria modesto.

Conforme destacado no informe emitido pelo II Exército: “Foram efetuadas detenções, para fins de triagem, de elementos perigosos, inclusive estrangeiros alheios ao Corpo discente, docente ou da Administração do CRUSP” (*O Estado de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1968, p. 04). Convém, porém, destacar que a chamada triagem foi realizada sob todas as centenas de estudantes direcionadas ao Tiradentes; embora que sua maior parte tenha sido liberada após esse processo.

Em similaridade à listagem presente no documento intitulado “Operação Crusp”, uma extensa quantidade de materiais, classificados como subversivos, foi apreendida nos apartamentos dos estudantes, dentre os quais podemos elencar: armas utilizadas para a defesa da residência dos ataques do CCC; livros sobre experiências revolucionárias no mundo ou que apenas representassem alguma alusão ao comunismo (como possuir a capa vermelha); imagens de importantes personalidades da esquerda mundial e nacional (como as de Che Guevara e de Luís Carlos Prestes); impressos produzidos pelo corpo discente da Universidade, entre outros.

Figura 2: Documentos escondidos em frestas no CRUSP.



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Deops/OP, pasta 1225, s.d.

Sobre o que chamou de “revista-humilhação”, no ato da invasão, José Maria Bassalo revelou fatos curiosos:

Por exemplo: na época, a *Revista Realidade* havia feito uma matéria com o grande líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes, cuja fotografia havia sido capa dessa Revista. Pois bem, logo que o oficial entrava em cada apartamento, junto à porta de cada apartamento, essa Revista era automaticamente confiscada, e entregue ao sargento que a colocava no corredor,

junto à porta de cada apartamento, como uma prova de suposto crime de lesa-pátria [...]. Em nosso apartamento, na sala de estudos, eu possuía uma pequena biblioteca. Nesta, lembro-me bem, tinha a coleção *The Feynman Lectures on Physics*, composta de três volumes, editada pela Addison Wesley Corporation, dos Estados Unidos, e de cor vermelha. Além dela, possuía, também, uma coleção de Física Teórica, do Landau e Lifchitz, composta de seis volumes, editados em Moscou, de sobrecapa vermelha, porém, com o dorso preto. Pois bem, o oficial, ao ver os livros, comentou: É, parece que aqui se estuda. Eu repliquei: Sim, porque todos somos professores. No entanto, apesar desse pequeno diálogo, ele viu os livros do Feynman, pediu-me que os tirasse da estante, e devido a sua cor vermelha, indagou-me sobre a sua “periculosidade”. Quando disse ao capitão que era um livro americano, respirou aliviado. Por felicidade minha, e por ignorância – em assuntos de Física – do censor, ele passou pela coleção do Landau-Lifchitz, e não disse nada. O dorso preto do livro evitou que eu fosse considerado “agente do ouro de Moscou”. [...] Vi, também, o sargento-relator ficar abismado com o monte do famoso pôster do Che Guevara, com o boné e a estrela solitária, pôster que ele havia recolhido de cada apartamento. Recordo-me de sua frase: Vocês gostam “paca” deste um (RELATÓRIO da Comissão da Verdade de USP, 2018, Vol.IX, p.24).

Os materiais confiscados durante a Operação seriam substanciais para as futuras investigações lançadas ao movimento estudantil e, por conseguinte, para a incriminação e indiciamento de seus integrantes em nível individual. Esses materiais, porém, extrapolariam o âmbito dos arquivos da repressão, constituindo-se como elementos utilizados para informar à opinião pública a “ameaça comunista” no meio estudantil.

“Aqui está a prova da subversão”

Aos 17 de janeiro de 1969, foi inaugurada, pelo II Exército, a exposição dedicada à apresentação pública de uma amostra do material apreendido na invasão ao Crusp, que se estenderia até o dia 26 seguinte. Para além de agentes de segurança, a abertura da “mostra” contou com a presença de autoridades federais.

Uma entrevista do então Coronel Danilo, chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Infantaria, a respeito da ação, circulou pela imprensa paulista, em especial nos jornais *Diário Popular* e *A Tribuna*. Um de seus trechos merece ser aqui destacado:

“Aqui está a prova da subversão”, afirmou [o coronel Danilo] na oportunidade. Sobre as mesas forradas com cobertores espalhavam-se os mais variados objetos, desde espingardas à estilingues, de bombas “molotov” a livros de propaganda esquerdista, de fogos Caramuru a painéis de propaganda do amor livre (*A Tribuna*, 23 dez. de 1968, 1º caderno, p. 5).

Como podemos observar, em meio ao conteúdo exposto se destacaram armas, livros “subversivos”, e objetos categorizados como indícios de promiscuidade e desviantes da “moral” e dos “bons costumes”. Sobre o material apreendido, o II Exército declarou à imprensa que:

Confirmando as informações que motivaram a operação foi apreendido farto material, a saber: Armas (inclusive um pequeno engenho lança-projétil), grande quantidade de “coquetéis Molotov”, fartíssima propaganda subversiva, ácidos, uniformes militares, e até anticoncepcionais e abortivos (*O Estado de S. Paulo*, 18 de dezembro de 1968, p. 04).

Por sua vez, a exposição ao público ocorreu em um momento muito oportuno para a ditadura. No primeiro semestre daquele ano, fez-se evidente a ascensão da participação da população civil nas manifestações nas ruas e, também, seu apoio ao movimento estudantil, posicionando-se contrariamente à repressão nele investida⁶. Portanto, não nos excederíamos ao sugerir que a exposição, de caráter depreciativo, enfatizando a “subversão” nos meios estudantis, não foi um fruto do acaso e tampouco desprezível. A exibição foi visivelmente instrumentalizada

⁶ A título de exemplo podemos sublinhar a “Passeata dos Cem mil”, de junho de 1968, que se valeu de diversos setores da sociedade contestando a ditadura e suas práticas repressivas, cada vez mais violentas, sobre as manifestações de rua. Cf.: VENTURA (1988); ZAPPA (2008); VALLE (2008).

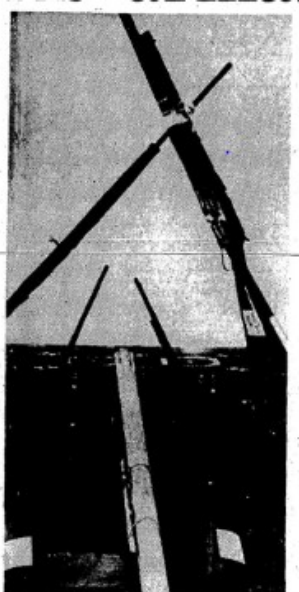
enquanto argumento ao público acerca da fidedignidade das acusações conduzidas aos estudantes e ao movimento da categoria e, certamente, para justificar a repressão a eles investida.

Figura 3: Materiais apreendidos na invasão em exposição do II Exército



Fonte: Hemeroteca Digital, Diário da Noite, 17.01.1969, 1º caderno, p. 4

Figura 4: “Armas do CRUSP



Fonte: ACERVO Estadão. *O Estado de S. Paulo*, 22 de dezembro de 1968, p. 35.

Como bem evidenciou o historiador Carlos Fico, a ebulição das ações da juventude no decurso dos anos de 1960, inclusas as movimentações estudantis, foi classificada, sobretudo pelos agentes da repressão, como um “ataque à disciplina” e “ao cultivo do respeito pelas tradições” (FICO, 2001, p. 187). Adotando como ponto de partida o material exposto pelo II Exército, afirmativas similares às dos discursos abarcados pelo Estado e por seus organismos repressores foram reproduzidas pela imprensa. Em uma coluna do Diário de Notícias, anunciou-se que ali, no Crusp, estavam “as algemas intelectuais da bastilha subversiva. Ali estão os instrumentos do terror cultural que domina ainda a Universidade de São Paulo. Ali estão as bases de domínio das mentes e do enquadramento comunista”, apresentando ainda ares de indignação ao dizer que tudo aquilo “funcionava num próprio governamental, pago com o dinheiro do povo, usado para destruir as estruturas democráticas. É o que espanta e impressiona” (*Diário de Notícias*, 28 de dez. de 1968,

1ª Seção, p. 3). Já o jornal *Luta e Democracia* publicou um texto sucinto intitulado “Subversão e Prostituição na Universidade”, no qual informou sobre a invasão; o título por si indica a finalidade da publicação (*Luta e Democracia*, 02 de fev. de 1969, p.2).

Sob a perspectiva oficial, no relatório final do Inquérito Policial Militar do Crusp – decorrente da invasão –, os residentes foram declarados enquanto uma “comunidade que se marginalizou às leis do país, constituindo-se em um «gueto», onde foi destruído totalmente qualquer resquício de princípio de autoridade”, e o Crusp foi chamado de “Quartel General da subversão em São Paulo”. Segundo o relatório, o fato de muitos dos estudantes cruspianos terem vindo do interior, estarem afastados de suas famílias, somado à questão de o Crusp ter se tornado um “local de contato de estudantes de várias Faculdades” tornou fácil a doutrinação dos estudantes “dentro dos princípios marxista-leninistas pela liderança esquerdista do Movimento Estudantil, explorando as suas reivindicações e propondo soluções pelo incitamento à desordem, e ao desacato às autoridades” (RELATÓRIO do IPM do Crusp, 1968-69, p. 6-11).

O Inquérito Policial Militar também apontou, pejorativamente, assuntos como o fluxo de mulheres nos apartamentos masculinos, e vice-versa, além de outros pontos relativos à sexualidade e, também, à utilização de entorpecentes. Seu capítulo nono, nomeado *Dissolução dos costumes*, abordou a distribuição de dormitórios indiscriminadamente entre “rapazes” e “moças” quando da tomada do Bloco G pelos estudantes, o que possibilitou, segundo o documento, a criação de um ambiente de baixo moralismo e promiscuidade sexual⁷.

Numerosas obras de literatura pornográfica e sexualismo, panfletos e revistas, encontrados em apartamentos de moças, propagando os princípios negativistas do rompimento com os fundamentos de nossa formação cultural e social, herdados de nossos antepassados, constituíam um dos instrumentos de propaganda dos princípios de formação da sociedade marxista-leninista. (RELATÓRIO do Inquérito Policial Militar (IPM) do CRUSP (1968-1969), p. 69).⁸

De acordo com o proferido pelo discurso oficial, o conjunto residencial em questão havia se transformado em “uma fonte da dissolução dos costumes da família brasileira” (Relatório do IPM do CRUSP, p.72, grifos nossos). A ênfase nesses aspectos, e sobre outros correlatos, nos possibilita traçar paralelos com as tradicionais matrizes constituintes do anticomunismo no Brasil (MOTTA, 2000).

O Relatório contou também com uma parte dedicada à infiltração comunista, na qual foi destacada a existência de distintos grupos marxistas que visavam a doutrinação política do ME (Movimento Estudantil). Embora o conteúdo do documento sugira o entendimento da diversificação entre os agrupamentos de esquerda com destaque no meio estudantil, seus métodos e objetivos foram corriqueiramente generalizados pelos agentes da repressão. Conforme o relatório, aqueles “grupos marxistas” tinham por objetivos centrais: (1) “mobilizar e organizar as massas estudantis, pela agitação e propaganda política, procurando integrá-lo (sic) no processo revolucionário, de acordo com as leis específicas da revolução brasileira”; (2) formar quadros revolucionários para o partido, visando à preparação da luta armada”, e (3) “mobilizar recursos materiais contribuindo para a construção do partido, preparando para a luta armada” (RELATÓRIO do IPM do Crusp, 1968-1969, p. 38).

⁷ O Relatório mencionado corresponde ao documento resultante do Inquérito Policial Militar do CRUSP, instaurado pela Portaria nº 15-SJ do General Comandante do II Exército em 18 de dezembro de 1968, com o objetivo de apurar supostas práticas subversivas ocorridas nas dependências da residência estudantil em questão. Para a constituição do IPM foram tomados mais de duzentos depoimentos e considerados os materiais apreendidos no ato da invasão ao Crusp. Para além do esboço de incriminação de sujeitos disposto no documento, o Relatório é constituído por onze capítulos nos quais o relator perpassa por assuntos diversos, como os relacionados à: atividades empreendidas pelos estudantes, circulação de ideias relacionadas ao comunismo, questões relativas à moral e aos bons costumes, entre outros. RELATÓRIO do Inquérito Policial Militar (IPM) do CRUSP (1968-1969), p.68. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>.

⁸ Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ipmcrusp.html>.

No mais, os documentos de caráter político – ou que foram erroneamente caracterizados dessa maneira – apreendidos nos apartamentos, além de serem considerados altamente subversivos, foram classificados como provas para “a preparação do movimento estudantil, com base no CRUSP, para ações de guerrilhas urbanas dentro de um esquema de agitação de âmbito nacional, visando à derrubada do governo e as instituições do regime instaurado pela Revolução de 31 março” (RELATÓRIO do IPM do Crusp, 1968-1969, p.60). Em novembro de 1969, referindo-se ao IPM, o jornal *O Estado de S. Paulo* alegou que a residência “era o núcleo de agitação estudantil promovida pelos comuno-esquerdistas, quartel-general das atividades terroristas de agentes da subversão que nele se abrigava e centro de propaganda e atividades subversivas” (*O Estado de S. Paulo*, 29 nov. 1969, n.p.).

Ainda sobre os documentos apreendidos e exibidos, mas a partir de uma perspectiva diversa, a ex-cruspiana, Zilda Junqueira, destacou:

Eu não posso dizer para você que aquilo tudo fosse mentira e tampouco posso dizer que aquilo tudo fosse verdade [sobre o material e discursos expostos]. Não sei, não sei. Porque como foi tudo feito debaixo de uma legislação autoritária – se é que a gente pode chamar aquilo de legislação, o AI-5 para mim não é lei, entendeu? É outra coisa que eu não sei classificar. Então, eu não sei dizer. O que eu posso dizer é que havia um exagero muito grande quando a ameaça que o Crusp pudesse representar [...]. (Depoimento cedido à autora).

Certos ou não da fidedignidade dos discursos e dos materiais expostos à sociedade por parte do II Exército, podemos ressaltar que as ações das lideranças, as práticas classificadas como desviantes dos bons costumes, a relação do movimento estudantil com outros movimentos sociais, a atividade das entidades representativas e a presença de agremiações e militantes de esquerda e do comunismo no meio estudantil, obtiveram demasiado destaque pelos órgãos de repressão e os resultados das investigações acerca desses aspectos foram recorrentemente utilizados por eles enquanto argumentos para legitimar seus discursos e práticas.

Ações e efeitos subsequentes

Ao descrever as sensações que vieram à tona no ato da invasão, e na posterior detenção e condução ao presídio Tiradentes, Zilda destacou que:

Olha, eu geralmente sou bem calma, sabe? Até em situações difíceis. Mas a sensação é muito desagradável. Você saber que está perdendo a sua liberdade, você não saber como vai ser. O AI-5 era um guarda-chuva pavoroso que permitia todo o tipo de transgressão à Constituição [...]. Mas a sensação é profundamente desagradável; mesmo eu não tendo nenhum destaque no movimento estudantil, nem nada. E eu acho que todo mundo ali, tendo ou não proximidade com o movimento estudantil, se sentiu ameaçado. Então é um peso muito grande. Então, hoje em dia, quando eu vejo gente falando em estabelecer um regime de força, quando eu vejo o presidente, quando eu vi o presidente em 2016/2017, no dia do impeachment da Dilma, o presidente elogiando torturador, eu fico arrepiada de pavor. Porque quem viveu aquele tempo não esquece e não gosta nada (Depoimento cedido à autora).

Além dos reflexos mais notórios provenientes do ato da invasão e da detenção dos estudantes – como foi o caso das marcas nas memórias daqueles que vivenciaram o episódio em questão –, é igualmente relevante ressaltar outro fenômeno decorrente desse processo, chamado, por seus próprios atores, de “diáspora cruspiana”, ocasionada pelo fechamento do Crusp, pelos militares, após a invasão. Se é possível afirmar que até 1968 o ambiente cruspiano foi marcado por uma ampla troca política, cultural e de laços de amizade, integrando estudantes dos mais diversos cursos da Universidade de São Paulo, o episódio da invasão e seus momentos subsequentes tiveram o potencial de sacudir significativamente essa estrutura.

Parte considerável dos estudantes saíram da residência no dia posterior à invasão, outros após alguns dias; a perda de contatos foi inevitável. Ao tratar da organização do reencontro de ex-

moradores da residência, em 2008, quarenta anos após o ocorrido, Zilda Junqueira, membro da comissão responsável, relembrou que a ‘diáspora cruspiana’ foi de tal ordem que a gente não sabia como encontrar as pessoas” (Depoimento cedido à autora).

Figura 5: Representação da saída do CRUSP.



Fonte: COLEÇÃO Paulo Negrão. In: CRUSP 68, Álbum de fotos: fotos e documentos de época dos moradores do CRUSP, de 1963 a 1968⁹.

Ainda sobre produtos decorrentes da invasão do Crusp, semelhantemente às consequências da Operação Ibiúna¹⁰, as informações obtidas a partir do episódio serviram como mapa para investigações subsequentes, especialmente no que diz respeito àquelas relacionadas aos suspeitos de comporem ou corroborarem agrupamentos de esquerda. Conforme já foi afirmado por alguns estudiosos, o acúmulo de um sem número de informações ocasionou um intenso ônus aos que ocuparam posições de maior evidência no campo da oposição à ditadura; e, também, a tantos outros que pouco relacionados estiveram a atividades contestatórias. Segundo Fico, ao longo da ditadura “[...] além dos casos óbvios de perseguição, prisão, tortura e morte de militantes e quadros organizados, praticados pela polícia política, milhares de pessoas foram espionadas, julgadas e prejudicadas pela comunidade de informações. Muitas sequer souberam disso” (FICO, 2003, p. 18).

Na ocasião da invasão ao Crusp, foram direcionados ao Presídio Tiradentes, a cargo do II Exército, aproximadamente 900 estudantes. Durante a “triagem”, realizada pelo Deops, além da revista nos apartamentos e da apreensão de materiais, a polícia verificou, a partir de seus arquivos, os estudantes que já eram fichados; aqueles sem antecedentes foram liberados, mas somente após serem triados. Novamente se produzia uma ampla quantidade de informação a partir de um único evento e, conseqüentemente, um significativo quadro de indivíduos passíveis de serem

⁹ Em um comentário sobre a foto, em 2008, Paulo Negrão, ex- residente do Crusp, disse: “Esta foto foi elaborada para a capa do “Vanguarda” (não foi esta a que foi publicada) com o intuito de denunciar o que pairava no ar: A expulsão dos estudantes do CRUSP, o que acabou acontecendo de fato pouco tempo depois. Nessa imagem, o estudante, cabisbaixo, faz o caminho de ida sem volta, levando nas malas, suas roupas, livros, apostilas e cadernos, na memória a lembrança dos amigos e bons momentos que nunca se apagará e no pensamento o vazio de não ter para onde ir. Ironicamente, passa ao largo de uma estrutura de prédio com a obra inacabada que poderia servir de moradia para muitos outros estudantes. O companheiro que posou para essa foto e outras semelhantes, foi o Guru [...]. Na concepção da foto, a estrutura do prédio representava a imagem do poder vigente, estabelecido pela ditadura militar. In: CRUSP 68, *Álbum de fotos: fotos e documentos de época dos moradores do CRUSP*, de 1963 a 1968.

¹⁰ Cf.: SILVA, Dayane Soares da. ‘Informar para prevenir. Agir para reprimir’: a repressão política dopsiana ao movimento estudantil universitário de São Paulo na ditadura civil-militar brasileira (1968-1978). 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

investigados. Foram relacionados por implicação em atividades políticas subversivas no Crusp o total de 235 estudantes, dos quais 53 foram indiciados. Houve, também, um mandado de prisão, a ser empreendido pelo Deops, para 12 deles. À vista disso, o departamento policial encaminhou para os locais quatro agentes a fim de “deterem os principais líderes estudantis que pretendem reativar o movimento estudantil em S. Paulo” (ARQUIVO do Estado de São Paulo, 1969, n.p.).

Convém mencionar que, em 2008, foi encontrado, em uma fazenda no município paulista de Jaborandi, um conjunto documental ocultado por décadas pelo ex-delegado do Deops paulista Tácito Pinheiro Machado. Em meio à documentação estavam fichas que representam uma amostra dos saldos resultantes da invasão de 1968 ao Crusp, muito embora sua origem remeta à outra situação. Entre as dezenas de fichas geradas pela Delegacia de Ordem Política do Deops acerca dos moradores daquela residência, estavam destacadas suas autuações no episódio da invasão e suas indiciações no IPM dela resultante. O fato de esses documentos terem sido separados e ocultos pelo ex-delegado da polícia política evidenciam, além da permanente perseguição política ao movimento estudantil, a importância atribuída ao material¹¹. No verso das fichas encontradas em Jaborandi, que datam de outubro de 1969, estão destacadas as razões pelo indiciamento no IPM do Crusp, que, por seu turno, vão além da posse de materiais “subversivos”. A título de exemplo: Lincoln Marques foi indiciado por queimar papéis em seu apartamento no momento da invasão, Ludovic Tsu por participar da segurança do Crusp e Luciano José do Santos por ser ativista, destacando-se ainda o fato de fazer retratos de Che Guevara vendidos na banda de cultura, ter sido participante da invasão do Bloco F do Crusp e por ter sido identificado “farto material subversivo em seu apartamento”. Nota-se que quaisquer atividades minimamente políticas foram tidas como razão para o indiciamento.

Em contrapartida, apesar do olhar atento da repressão ao meio estudantil, é interessante destacar que os estudantes não se silenciaram frente à ocupação do Crusp. À época, na Faculdade de Filosofia da USP, se esboçava um movimento voltado para a formação de um comitê em defesa do Crusp, visando a sua retomada (ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, 1969, n.p.). Já na Carta aos professores e funcionários da Universidade de São Paulo, assinada pela Associação Universitária Rafael Kauan (AURK), ressaltou-se a necessidade de forjar uma unidade combativa entre professores, alunos e funcionários em resposta à repressão contra a Universidade. Nesse documento, ao discorrer acerca dos estudantes presos arbitrariamente, consta que “Os presos são submetidos a interrogatórios absurdos e tratamento desumano. Dois colegas presos acham-se em grave estado de descontrole emocional sem qualquer assistência médica”. E, ainda, que:

Os militares, através do terror e da opressão tentam desagregar o movimento patriótico e democrático no seio da Universidade. Pisoteiam os resquícios de autonomia universitária e tentam impedir que lutemos por liberdade de expressão e de opinião. É imperioso que professores, alunos e funcionários levantem-se unidos em defesa da Universidade que está sendo destruída, lutem pelos direitos humanos, pela liberdade em defesa da ciência e da cultura. Solidarizemo-nos com os presos políticos e lutos justos pela sua libertação (ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, 1969, n.p.).

O Crusp continuaria sob o alvo da vigilância repressiva nos anos subsequentes à sua invasão, especialmente a partir de 1972, quando pautas, como a de retomada da residência, ganharam expressão no movimento estudantil¹². Entre as pastas do Deops ainda seriam anexados outros documentos apreendidos naquele espaço, enriquecidos com centenas de informações

¹¹ Os documentos encontrados na fazenda de Jaborandi estão bastante deteriorados em função da exposição ao tempo e à umidade. Os técnicos do APESP resolveram mantê-los reunidos para um posterior estudo do motivo que levou o delegado a separá-los e guardá-los”. Cf. APESP. *Descrição Arquivística*: Subgrupo 12SG14 – Coleção do Dr. Tácito Pinheiro Machado, 2018.

¹² A documentação atesta já em 1972 a existência de uma Comissão de Encaminhamento da Luta do CRUSP, dos alunos da Filosofia da USP, assim como a existência de assembleias estudantis do CRUSP e distribuição de panfletos. Cf. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, s.d.

variadas, inclusas a forma de utilização dos prédios e distribuição dos apartamentos e os antecedentes político-sociais dos solicitantes de alojamento naquela residência (ARQUIVO Público do Estado de São Paulo, 1973, n.p.)¹³.

Não obstante, para além da continuidade da vigilância ao espaço, outras ações repressivas de caráter direto também seriam ali efetuadas. Em outubro de 1969, por exemplo, a Delegacia de Ordem Política do Deops paulista solicitou a prisão preventiva de cinco estudantes. Segundo o relatório da Delegacia, foi verificado, em uma noite de abril, um enorme agrupamento no Crusp, aparentemente liderado pelo presidente do grêmio da Filosofia, que protestava contra a “ilegal aposentadoria compulsória de professores”. À vista disso, foi encaminhado à Justiça Militar o inquérito com os indiciados por infração à Lei de Segurança Nacional (Diário Popular, 31 out. 1969, n.p.).

Em decorrência do exposto, é igualmente relevante destacar algumas reflexões acerca das razões pelas quais a Residência se manteve alvo da repressão ao longo dos anos. Segundo o ex-estudante uspiano José Maria Bassalo:

O Crusp era considerado um território livre para os que queriam lutar contra o regime de exceção que havia se implantado no Brasil, a partir de 1964. Desse modo, para lá iam se homizar os líderes estudantis brasileiros, tais como Wladimir Palmeira, Luiz Travassos (este, morto posteriormente em circunstâncias estranhas no Rio de Janeiro, vítima de um atropelamento), presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), e José Dirceu, líder dos estudantes secundaristas paulistas. Assim, em agosto de 1968, o Crusp recebeu a visita de uma viatura (camburão) do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), cerca de seis horas da manhã. Um delegado se apresentou para prender alguns daqueles líderes. Então, os Cruspianos prenderam-no no Bloco G, e começaram a interrogá-lo. A viatura foi queimada em frente ao Restaurante Universitário. Como o delegado não voltou ao DOPS, esta foi avisada, certamente pelo motorista do camburão. Assim, por volta das sete horas da noite desse dia de agosto, o DOPS mandou um pelotão de policiais para libertar o delegado na “marra”.

[...]

Um outro fato que fez do Crusp um objeto de repressão, foi o de que por ocasião do célebre XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em outubro de 1968, alguns participantes desse Congresso estiveram hospedados lá. Quando esse Congresso foi descoberto pelas forças militares de repressão, os jornais paulistas mostravam fotografias do evento, e nelas era fácil identificar os mantos de dormir que usávamos no Crusp. Além do mais, houve a célebre refrega entre o CCC, que se encontrava na Universidade Mackenzie, situada na rua Maria Antônia, e os alunos da Filosofia da USP, que ficava também nessa rua, da qual resultou na morte do estudante secundarista José Guimarães (RELATÓRIO da Comissão da Verdade de USP, 2018, Vol. IX, p.16).

Tomando emprestadas as palavras de José Maria, é certo que no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo “florescia um pensamento crítico organizado que precisava ser silenciado a qualquer custo pelo exercício da força, da violência e do medo, independente do que fosse feito ou não pelos estudantes, professores, funcionários e mesmo pelos visitantes daquela Cidade Universitária” (RELATÓRIO da Comissão da Verdade de USP, 2018, Vol.III, p.38). Algumas iniciativas bastante posteriores, como o encontro de ex-cruspianos promovido em 2008, enfatizariam a singular importância daquele alojamento estudantil há décadas atrás, excedendo, até mesmo, sua importância enquanto espaço de articulação política. Conforme relatou Zilda Junqueira, no encontro de ex-residentes, “teve uma hora que um dos Cruspianos olhando aquela balbúrdia, aquela alegria, aquele barulho do reencontro e tal, não foi uma pessoa, nem duas, foram muitas que disseram: “o Crusp foi a nossa verdadeira Universidade, porque lá houve o espírito universitário” (Depoimento cedido à autora).

Independentemente das motivações concretas, a intensa vigilância e repressão política investida no local, assim como aos seus residentes, só apresentaria mudanças significativas após

¹³ Os documentos, anexados ao Dossiê policial dedicado ao Crusp, possuem origens distintas, com a assinatura de órgãos como o Ministério da Educação (MEC) e a Polícia Militar (PM).

a redemocratização. Depois da invasão de dezembro de 1968, o Conjunto Residencial se manteria fechado até 1979, quando da sua retomada pelos estudantes. Após sua reabertura, ao compasso da conjuntura nacional, passaria por numerosas transformações.

Considerações finais

Não obstante a importância histórica da reconstituição do episódio elencado e de seus produtos subsequentes, objetivando sublinhar algumas questões acerca da violência exercida sobre o aval do Estado no período ditatorial, acreditamos ser demasiado relevante a rememoração de fatos similares ao exposto, no intuito de traçar reflexões sobre a autonomia universitária – assunto de ontem, mas também de hoje.

Mesmo com as transformações vivenciadas desde a redemocratização pós-ditadura militar, e, em especial, com o fato das universidades terem sido dotadas de autonomia em âmbitos distintos, por consequência do art. 207 da Constituição de 1988, outros episódios tornariam a ameaçar as instituições de ensino superior brasileiras, e outros tantos tentariam limitar as mobilizações estudantis e o direito à assistência estudantil.

Em 2012, o Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo foi, novamente, alvo de uma intensa investida repressiva, dessa vez voltada para a reintegração de posse do Bloco G; prédio retomado pelos estudantes em 2010. Nos anos subsequentes, variadas medidas tornaram a ameaçar a autonomia das universidades. Em outubro de 2018, diferentes atividades estudantis, empreendidas em universidades públicas de distintas regiões do Brasil, foram colocadas sob a mira de organismos extra universitários, algumas das quais foram alvos de intervenções diretas. Mais recentemente, em junho de 2020, foi decretada a Medida Provisória nº 979, que dispunha sobre a designação de dirigentes *pró-tempore* para as instituições federais. Esta última, embora de duração brevíssima, expôs, novamente, a fragilidade no tocante à autonomia universitária no país.

Embora sejam evidentes as diferenciações entre os contextos destes últimos acontecimentos em relação aos de outrora, é inegável que ainda há muito a ser ponderado em relação à autonomia universitária e aos limites da atuação das forças de segurança nos espaços universitários. É nesse sentido que acreditamos que rememorar fatos passados, com criticidade, a partir de frutos do construto do saber histórico, constitui um movimento com potencialidade de nos auxiliar, em determinada medida, a analisar com maior profundidade essas e outras questões.

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *Diário da Noite*, 29.08.1968, 1º caderno, p.7.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *Universitários ainda temem ocupação policial do CRUSP*. *Diário Popular*, 10 de out. de 1968.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. “*Exército faz exposição de material subversivo*”, recorte do jornal *Diário Popular* 22 dez. de 1968, 1º caderno, página. 5.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *Coronel faz no IPM o retrato do CRUSP*. *O Estado de SP*, 29 nov. 1969.

Relatório do IPM do CRUSP.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *DOPS começa a soltar estudantes presos no CRUSP*. *Folha da Manhã*, 19 dez. 1968.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. IPM 2-a-CRUSP. *Relação dos implicados em atividades subversivas no CRUSP*. 15 set. 1969.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. 29 abr. 1969. *Cidade Universitária [Secreto]*.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *CRUSP [Secreto]*, 24 mar. 1969.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *Carta aos professores e funcionários da Universidade de São Paulo*. Associação Universitária RAFAEL KAUAN (A.U.R.K), 23 abr. 1969.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *2º Boletim da Comissão de Encaminhamento da Luta do CRUSP*. s/d; *Inf. Nº 142-139/72-PM2 – Movimento Estudantil; Movimento Estudantil no Estado de São Paulo – Líderes estudantis*, s/d.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. Secretaria de Segurança Pública – *Relatório: Utilização do prédio do CRUSP*. São Paulo 23 de mai. de 1963.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. 28 de maio de 1973.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DEOPS, OP 1225. *DOPS pede a prisão de 5 estudantes*. Diário Popular, 31 out. 1969.

COLEÇÃO Ana Maria Marangoni. Postal 2 – Conjunto Residencial, Cartão Postal, 1963. Cidade Universitária U.S.P. Conjunto Residencial Vila Pan Americana. IN. CRUSP 68, *Albúm de fotos: fotos e documentos de época dos moradores do CRUSP*, de 1963 a 1968.

CRUSP: Uma história de ocupações. Fala Universidades, 2016. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/#Referencia-de-site-de-jornal-sem-autoria-conhecida>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HEMEROTECA DIGITAL. *A Bastilha da Subversão*, por Paulo Zingg. Diário de Notícias, 28 de dez. de 1968, 1ª Seção, p. 03.

HEMEROTECA DIGITAL. *Subversão e Prostituição na Universidade*. Luta Democracia, 2.02.1969, p. 02.

JUNQUEIRA, Zilda Almeida: depoimento [18 de nov. 2020]. Entrevistadora: Dayane Soares da Silva. São Paulo: 2020.

ACERVO ESTADÃO. *“Havia armas no CRUSP”*, Do serviço local e da Sucursal. O Estado de S. Paulo, 18 de dezembro de 1968, p. 04.

ACERVO ESTADÃO. *“As armas do Crusp”*, O Estado de S. Paulo, 22 de dezembro de 1968, p. 35.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, *Depoimento de José Maria Filardo Bassalo*. Relatório da Comissão da verdade da USP. São Paulo, 2018, volume IX.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Relatório da Comissão da Verdade da USP*, Volume III, p. 38.

WAJC, Mario. *Cruspianos, Anos 60: fragmentos*. Mario Wajc Apto 601, Bloco E, de 1965 a 68. 2018. Disponível em: <https://crusp68.org.br/node/16>. Acesso em: 25 out. 2020.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Vozes, 1984.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ALVES, Maria Helena Moreira. Espionagem, polícia política, censura e propaganda. In: DELGADO, L. A. N.; FERREIRA, J. (Orgs.). In: O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.169-205.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Papyrus, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

Nota de autoria

Dayane Soares da Silva é doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Graduada em História, nas modalidades licenciatura plena e bacharelado, pela UNESP. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea e História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: movimento estudantil, ditadura militar e repressão política. E-mail: ss_dayane@outlook.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SILVA, Dayane Soares da. A “Operação Crusp”: Um Assalto à Autonomia Universitária. *Sæculum – Revista de História*, v. 26, n. 44, p. 44-60, 2021.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 03/12/2020.

Modificações solicitadas em 09/04/2021.

Aprovado em 15/04/2021.